

A agenda de desenvolvimento dos pequenos negócios

Os pequenos negócios, que representam 98,5% das empresas do país, nem sempre são incluídos entre as prioridades econômicas e políticas nacionais. A atenção do próximo governo tende a se fixar nos temas clássicos da administração pública, sujeitos às pressões da urgência, como saúde, educação, segurança, infraestrutura e equilíbrio fiscal, deixando as demandas das pequenas empresas em segundo plano. Mesmo a agenda do desenvolvimento tende a priorizar as grandes empresas, por seus expressivos números, que individualmente chamam a atenção pelos investimentos, faturamento e arrecadação que promovem.

No entanto, é indiscutível a importância dos pequenos negócios no Brasil. Nos dez primeiros meses deste ano, essas empresas foram responsáveis por um saldo de 650 mil vagas de trabalho, representando 80% dos postos preenchidos no país com carteira assinada, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). E é também, cada vez mais, no ambiente dos pequenos negócios que ocorrem as inovações mais significativas e transformadoras do ponto de vista das novas tecnologias digitais.

Porém, em que pesem os avanços no tratamento diferenciado aos pequenos negócios em sua relação com o Estado, na prática, a máquina administrativa ainda é pesada, fragmentada e impõe severas exigências aos negócios. As barreiras à entrada em mercados, as dificuldades de acesso ao crédito e à inovação inibem a livre iniciativa, desestimulam investimentos, dissipam energia dos setores público e privado, comprometendo o pleno potencial de desenvolvimento dos negócios e da economia.

É esse cenário desafiador que o próximo governo terá de enfrentar em sua gestão. Enfrentar com condições e oportunidades de reverter o ambiente hostil aos negócios e efetivar o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Desse modo, um conjunto de medidas voltadas a aprimorar o ambiente de negócios e fomentar os empreendedores precisa ser levado adiante, seja por meio da continuidade de ações em curso ou pela implementação de novas iniciativas. Tornar mais simples as relações do Estado com seus cidadãos e empreendedores é primordial.

A agenda da competitividade dos negócios brasileiros passa, necessariamente, pela democratização e facilitação do acesso ao crédito, sem o qual as pequenas empresas não sobrevivem. Além do estímulo à concorrência entre instituições bancárias, o país precisa oferecer alternativas de crédito, seja por meio de *fintechs*, cooperativas ou de outros meios de financiamento. Do ponto de vista da educação, o Brasil deve incluir a cultura empreendedora nas grades curriculares de escolas e universidades como tema transversal, além de implantar Núcleos de Empreendedorismo nas escolas técnicas, federais e universidades.

Entre outros projetos para os quais o Sebrae tem atuado fortemente e conta com a clareza dos tomadores de decisão nos próximos anos, estão a atualização e consolidação da política do Microempreendedor Individual (MEI), a estruturação da Rede Nacional de Centros de Referência em Assistência Social (Cras), a integração dos programas regionais de desenvolvimento, além da simplificação para promover e apoiar a internacionalização dos pequenos negócios.

Em uma nação marcada pela descontinuidade de políticas públicas e interrupção de ações governamentais, o caminho para o Brasil alcançar resultados desejados quanto à geração de emprego, renda, arrecadação, inovação, investimento e qualidade de vida é valorizar o empreendedorismo. A democracia brasileira precisa avançar socialmente e, na perspectiva da justiça social, o segmento dos pequenos negócios tem um papel insubstituível.



Charles Damasceno

GUILHERME AFIF DOMINGOS

Presidente do Sebrae